

# DIREITO AMBIENTAL

## Discutindo na prática o Princípio 10 da Declaração do Rio



Um dos temas tratados na XVI Cumbre Judicial Ibero-americana (Buenos Aires, 2012) foi a identificação de pontos de contato e consenso nos Judiciários Ibero-americanos quanto aos três eixos do Princípio 10 da Declaração do Rio de 1992, envolvendo informação, participação e acesso a justiça em matéria de meio ambiente.

Esses consensos foram sistematizados e transformados em declaração de princípios, aprovada na Assembleia Plenária da XVI Cumbre, em Buenos Aires (2012), tratando da "atuação dos Juízes e Poderes Judiciários Ibero-americanos relativamente à informação, à participação pública e ao acesso à Justiça em matéria de meio ambiente".

Para dar cumprimento àquelas recomendações aprovadas pela Assembleia Plenária, foi proposto projeto de trabalho para a XVII Cumbre Judicial Ibero-americana (Santiago do Chile, 2014), enfatizando os aspectos relacionados à capacitação e integração dos juízes ibero-americanos em temas de direito ambiental e meio ambiente.

Esse projeto se integra na temática proposta para a XVII Cumbre Judiciária Ibero-americana, que envolve "Una Justicia de Futuro: Planificada, Integrada y Tecnologicamente Desarrollada", porque:

- o conteúdo abordado (juiz e meio ambiente) se refere a questões de futuro, exigindo os cidadãos e a sociedade que o Judiciário desempenhe suas funções, enquanto poder público, com qualidade e presteza, ao mesmo tempo em que também exige que a administração da justiça se preocupe com a temática envolvendo a responsabilidade socioambiental do Poder Judiciário e com a educação ambiental e conscientização dos respectivos juízes para os conflitos ambientais (água, uso do solo, alimentos, conservação da natureza, fontes de energia, poluição, etc);
- a forma escolhida (ensino à distância, com software livre e pela internet) permite desenvolver produtos para o Judiciário que vão integrar juízes num mundo global e sem fronteiras, com utilização dos recursos da tecnologia em prol da qualificação dos nossos juízes.

O objetivo geral do projeto é criar espaço para discussão, reflexão e troca de informações, experiências e boas práticas em matéria de meio ambiente entre juízes ibero-americanos, qualificando esses magistrados e preparando a futura implantação de rede judiciária ibero-americana em matéria de meio ambiente.

Os objetivos específicos do projeto são:

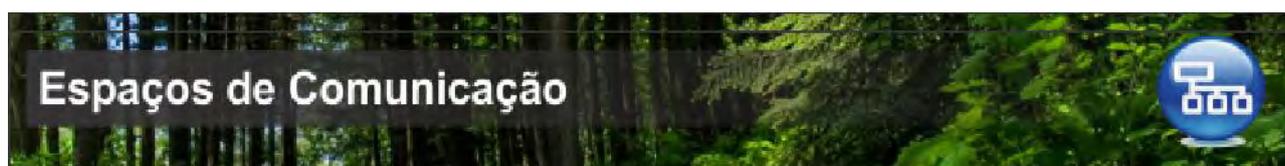
- preparar material para curso de ensino à distância para discutir os temas tratados na Declaração de Buenos Aires sobre Juízes e Meio Ambiente;
- conceber e realizar uma primeira versão desse curso por meio de projeto-piloto em âmbito reduzido (em língua portuguesa, com juízes federais da região sul do Brasil);
- posteriormente estender e realizar esse curso num âmbito maior (em língua espanhola, com juízes dos países participantes);
- formar e preparar os juízes participantes para que possam atuar como difusores e tutores nos respectivos países na implantação e realização deste curso de ensino à distância;
- apresentar e distribuir na Assembleia Plenária da XVII Cumbre (Santiago do Chile, 2014) o curso de ensino à distância preparado para que seja difundido e aplicado nos países que tenham interesse em fazê-lo;
- conseguir, ao final dos projetos-piloto, grupo de juízes ibero-americanos integrados pela internet e por correio eletrônico, preparados para difundir, trocar experiências e informações em matéria de direito ambiental, e assim criar num futuro próximo uma rede judiciária ibero-americana de direito ambiental.

-  [Informações sobre o curso Arquivo](#)

Informações sobre o curso: carga horária; período de realização; objetivo geral e específicos; metodologia; estrutura programática; avaliação.

-  [Manual do aluno online Arquivo](#)

Considerando as peculiaridades dessa modalidade de ensino, elaboramos esse guia com a finalidade de orientá-lo conforme a metodologia aplicada pela Emagis e auxiliá-lo a desenvolver o seu estudo da melhor maneira possível. Aqui você encontrará informações, procedimentos e dicas acerca de como se preparar e como participar de cursos a distância no Ambiente Virtual de Aprendizagem EAD|Emagis.



-  [Fórum da Monitoria](#)
-  [Sala do Cafezinho Fórum](#)

- Módulo atual



## Modulo I - Ambientação e introdução

09/04/2013 a 18/04/2013



Esse primeiro módulo estará dividido em duas partes, com ambientação ao curso e introdução à temática tratada. Na ambientação, serão apresentados:

- (a) o ambiente de ensino virtual;
- (b) a equipe responsável pela elaboração do curso;
- (c) as instruções para participação;
- (d) a contextualização à Cumbre Judiciária Ibero-americana, enfatizando sua XVII edição (Santiago do Chile, 2014);
- (e) a contextualização ao projeto socioambiental do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. Na introdução, serão apresentados:
- (f) o princípio 10 da Declaração do Rio (1992) e seus três eixos temáticos, envolvendo informação, participação e acesso à justiça em matéria de meio ambiente;
- (g) a Declaração de Buenos Aires sobre a atuação dos Juízes e Poderes Judiciários Ibero-americanos (2012), destacando seu Preâmbulo.

-  [Textos-base do Módulo I Livro](#)
-  [Material complementar do Módulo I Pasta](#)
-  [Atividade proposta para o Módulo I - Fórum de discussão](#)

- 2
- 

## Modulo II - Informação e transparência em matéria de meio ambiente

19/04/2013 a 28/04/2013

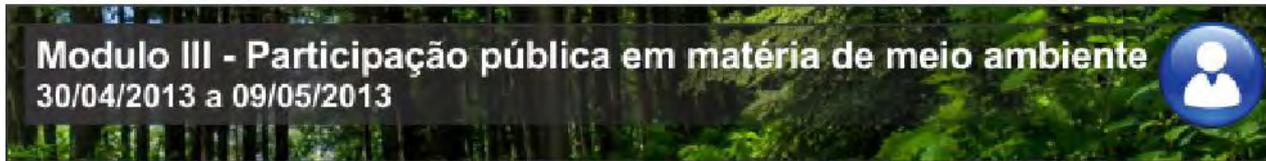


Nesse módulo, serão abordados:

- (a) acesso à informação presente no Poder Judiciário, abrindo espaço para discussões sobre importância da informação para a decisão, acesso à informação ambiental, papel dos juízes no acesso à informação, proteção do direito à informação, publicidade da informação ambiental, restrições no acesso à informação, sigilo processual, e informações em situações de emergência ambiental;
- (b) relação do Poder Judiciário com a sociedade através dos meios de comunicação, abrindo espaço para discussões sobre fluxo de informações entre sociedade e Judiciário, papel dos juízes quanto à informação, juízes enquanto agentes de educação ambiental, divulgação de notícias ambientais pelo Judiciário, contato com meios de comunicação, meios idôneos de informação ambiental, comunicação com populações vulneráveis;
- (c) acesso a outras fontes de informação ambiental, abrindo espaço para discussões sobre acesso dos juízes à informação relevante, acesso a informações das partes, acesso a informações sobre licenciamento ambiental, acesso a bancos de dados, acesso a informações científicas, e informações na gestão de riscos.

-  [Esconder dos estudantes: Textos-base do Módulo II Livro](#)
-  [Esconder dos estudantes: Material complementar do Módulo II Pasta](#)
-  [Esconder dos estudantes: Atividade proposta para o Módulo II - Fórum de discussão](#)

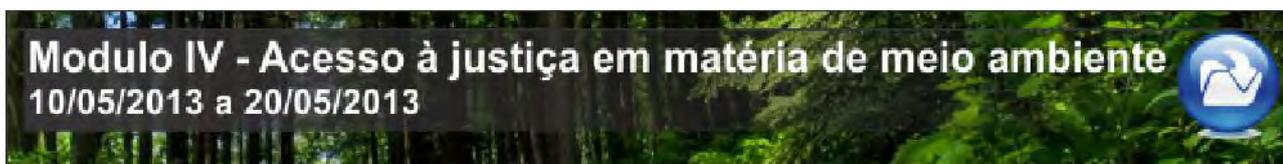
• 3



Nesse módulo, serão abordados: **(a)** plano de gestão ambiental nos Poderes Judiciários Ibero-americanos, abrindo espaço para discussões sobre atitudes ambientais dos juízes, responsabilidade socioambiental do Judiciário, gestão ambiental de recursos, campanhas públicas de conscientização; **(b)** integração do juiz com a sociedade e com os cidadãos, abrindo espaço para discussões sobre imagem do Judiciário, participação dos cidadãos e da sociedade, mecanismos processuais para participação social e proteção ambiental, audiências públicas, participação de *amicus curiae*; **(c)** integração do juiz com os outros poderes do Estado, abrindo espaço para discussões sobre Judiciário e outros poderes, comunicação de fatos relevantes pelos juízes, juízes e Poder Legislativo, juízes e Poder Executivo, representação dos interesses difusos e coletivos da sociedade, repressão a crimes ambientais, e independência e imparcialidade dos juízes.

-  [Esconder dos estudantes: Textos-base do Módulo III Livro](#)
-  [Esconder dos estudantes: Material complementar do Módulo III Pasta](#)
- 
-  [Esconder dos estudantes: Atividade proposta para o Módulo III - Fórum de discussão](#)

• 4



Nesse módulo, serão abordados: **(a)** formação ambiental do juiz e seus auxiliares, abrindo espaço para discussões sobre saber ambiental, contato do juiz com o direito ambiental, formação ambiental dos juízes, acesso a informações ambientais relevantes, e qualificação e aperfeiçoamento dos juízes; **(b)** competências jurisdicionais e especialização em matéria ambiental, abrindo espaço para discussões sobre competências em matéria ambiental, especialização judiciária em matéria ambiental, provimento dos cargos judiciários, e outros mecanismos de melhoria na jurisdição em matéria ambiental; **(c)** mecanismos processuais ágeis e adequados em matéria ambiental, abrindo espaço para discussões sobre atuação judicial em ações ambientais, procedimentos específicos e eficazes, legitimação em ações ambientais, amplo acesso à justiça em matéria ambiental, relevância do tempo nas ações ambientais, princípio da ação preventiva, tutela cautelar flexível, efetividade da execução e do cumprimento das sentenças, conciliação em matéria ambiental, e mecanismos de atuação do juiz além da sua jurisdição local.

-  [Esconder dos estudantes: Textos-base do Módulo IV Livro](#)

-  [Esconder dos estudantes: Material complementar do Módulo IV Pasta](#)
-  [Esconder dos estudantes: Atividade proposta para o Módulo IV - Fórum de discussão](#)

- 5



Estudo de caso sobre um dos temas propostos (6 pontos).

-  [Esconder dos estudantes: Atividade Final Livro](#)
- Esconder dos estudantes:  
Pesquisa de Avaliação do curso
-  [Esconder dos estudantes: Certificado do Curso](#)